

SECRETARIAS

GOVERNO MUNICIPAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA 114/22, DO SECRETÁRIO DE GOVERNO MUNICIPAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NO EXPEDIENTE DE DESIGNAÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO - SEI Nº 060805145 - PROCESSO: 6011.2022/0000901-5

SUBSTITUTO: CAROLINE ARAUJO VALERIO DA SILVA – RF: 858.950.0 – Cargo: ASSESSOR I - Ref./ Padrão: DAS-09- Categ. Funcional: COMISSIONADO – E.H. 112014010000000.

SUBSTITUÍDO: MARIA ONDINA VIEIRA DA SILVA – 602.928.1 – Cargo: ASSESSOR TÉCNICO I - Ref.: DAS-11 – Categ. Funcional: COMISSIONADO – E.H. 112021010000000 – Unid. De lotação: SGM- ASSESSORIA JURÍDICA -AJ - Motivo: FÉRIAS – Período: 31/03/2022 A 14/04/2022.

PORTARIA 115/22, DO SECRETÁRIO DE GOVERNO MUNICIPAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NO EXPEDIENTE DE DESIGNAÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO - SEI Nº 060762719 - PROCESSO: 6011.2022/0000896-5.

SUBSTITUTO: CARLA MOTA DIAS – RF: 843.569.3 – Cargo: ASSESSOR TÉCNICO I - Ref./ Padrão: DAS-11 – Categ. Funcional: COMISSIONADO – E.H. 110007000000000.

SUBSTITUÍDO: ISABELLA CAROLINA DE BARROS SILVA – RF: 856.750.6 – Cargo: ASSESSOR TÉCNICO II - Ref./ Padrão: DAS-12 - Categ. Funcional: COMISSIONADO – E.H. 110000000000000 – Unid. De lotação: - GABINETE DO PREFEITO – Motivo: FÉRIAS – Período: 25/04/2022 A 04/05/2022.

PORTARIA SGM 116, DE 1 DE ABRIL DE 2022

PROCESSO SEI 6011.2022/0000796-9

DESIGNA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DROGAS E ÁLCOOL – COMUDA.

RUBENS RIZEK JR., Secretário de Governo Municipal, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, II, do Decreto 42.060, de 29 de maio de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, para integrar o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Alcool – COMUDA, nos termos do artigo 9º da Lei 17.089, de 20 de maio de 2019, pelo mandato de 2 anos, a contar da publicação desta Portaria, os seguintes membros:

- Representantes do Poder Executivo
 - Secretaria Municipal de Educação
Marcia Helena Matsushita – RF 578.045.4
 - Secretaria Municipal da Saúde
Claudia Ruggiero Longhi – RF 739.732.1
 - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

- Isabel Figueiredo Pereira de Souza – RF 889.200.8
- Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Amanda Cardozo Silva – RF 843.435.2
- Secretaria Municipal de Cultura
Danilo Costa Nunes Andrade Leite – RF 890.570.3
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo

- Guilherme Euripedes Silva Ferreira – RF 793.277.4
- Secretaria Municipal de Segurança Urbana
Euclides Conradin – RF 580.616-0
- Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Decio Perroni Ribeiro Filho – RF 854.489.1
- Secretaria de Governo Municipal
Ricardo Luiz Iasi Moura - RF 891.336.6

- Representantes da Câmara Municipal de São Paulo:
 - Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher
Felipe Becari Comenale
 - Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
Mariza Izabel Fernandes
 - Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude

- Representantes indicados pelas organizações não governamentais destinadas à prevenção do uso indevido de álcool e outras drogas, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes:
 - Associação de Apoio ao Projeto Quixote
Cecília Motta – RG 5.421.910-3
 - Fundação Porta Aberta
Alcione Moreno - RG 10.350.897-1
 - Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo:
Renato Viterbo
 - Associação Aliança de Misericórdia
Vanessa Santos – RG 34.051.820-0

- Representantes da comunidade acadêmico-científica:
 - Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias (NEPSIS) – Universidade Federal de São Paulo:
Danilo Polverini Locatelli
 - Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo:

- Guilherme Trevisan Kortas
- Comitê para Regulação do Álcool - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo:
Guilherme Peres Messa – RG 16.543.473
- V - Conselho Regional de Medicina de São Paulo - CREMESP

- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - CRP/SP
Marcos Muniz de Souza, CRP 06/79192
- Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF/SP
- Sílvia de Oliveira Santos Cazenave – RG 105279912
- Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO-3

- Carolina Jéssica da Silva Salado
- Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/SP
Regiane Cristina Ferreira
- X – Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo – OAB/SP

- Representantes do Conselho Estadual de Drogas:
Poder Público: Vera Lucia Bagnolesi – RG 5.425.003-1
Sociedade Civil: Cecília Galício Brandão – RG 32.422.360-2
- Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Portarias SGM-164, de 15 de julho de 2019, SGM-205, de 13 de agosto de 2019, SGM-231, de 03 de setembro de 2019, SGM-10, de 13 de janeiro de 2020, SGM-134, de 13 de maio de 2020, SGM-181, de 01 de julho de 2020, SGM-262, de 15 de setembro de 2020, SGM-322, de 18 de novembro de 2020, SGM-30, de 08 de fevereiro de 2021, SGM-107, de 09 de abril de 2021, SGM-164, de 20 de maio de 2021.

SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL, aos 1 de abril de 2022.

RUBENS RIZEK JR., Secretário de Governo Municipal

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

6010.2022/0000660-6 - ABRACCI - AÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E CONSCIENTIZAÇÃO DA CIDADANIA - Título de Utilidade Pública - À vista da manifestação da Assessoria Técnica da Casa Civil (060811726), que acolho como razão de decidir, e com fundamento no art. 1º, da Lei nº 4.819, de 21 de novembro de 1955, c/c o art. 3º, da Lei nº 12.520, de 24 de novembro de 1997 e no art. 31, IV, do Decreto nº 59.000, de 7 de outubro de 2019, **DECLARO CASSADO**, por abandono, o Título de Utilidade Pública, concedido à entidade denominada "ABRACCI - AÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E CONSCIENTIZAÇÃO DA CIDADANIA", CNPJ 04.401.524/0001-45, por meio do Decreto nº 56.146, de 1º de junho de 2015.

6010.2022/0000224-4 - ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL FILHOS DO REI - Título de Utilidade Pública: atualização - À vista das manifestações da Secretaria Municipal da Educação (060653461) e da Assessoria Técnica e Legislativa da Casa Civil (060714867), que acolho como razão de decidir, e com fundamento no art. 1º da Lei nº 4.819, de 21 de novembro de 1955 e alterações posteriores, e no art. 31, IV, do Decreto nº 59.000, de 7 de outubro de 2019, **DEFIRO** o pedido formulado pela entidade denominada "ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL FILHOS DO REI", CNPJ 02.378.171/0001-84, de concessão do título de utilidade pública municipal, posto que preenchidos os requisitos legais

6010.2022/0000343-7 - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CAVALCANTE - Título de Utilidade Pública - À vista das manifestações da Secretaria Municipal da Educação (060653821) e da Assessoria Técnica e Legislativa da Casa Civil (060714582), que acolho como razão de decidir, e com fundamento no art. 1º da Lei nº 4.819, de 21 de novembro de 1955 e alterações posteriores, e no art. 31, IV, do Decreto nº 59.000, de 7 de outubro de 2019, **DEFIRO** o pedido formulado pela entidade denominada "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CAVALCANTE", CNPJ 00.329.111/0001-46, de concessão do título de utilidade pública municipal, posto que preenchidos os requisitos legais

6010.2020/0004107-6 - ASSOCIACAO CULTURA FRANCISCANA - Título de Utilidade Pública: atualização - À vista das manifestações da Secretaria Municipal de Educação (060653576) e da Assessoria Técnica e Legislativa da Casa Civil (060713891), que acolho como razão de decidir, e com fundamento no art. 1º, da Lei nº 12.520, de 24 de novembro de 1997, e no art. 31, IV, do Decreto nº 59.000, de 7 de outubro de 2019, **DEFIRO** o pedido formulado pela entidade denominada "ASSOCIACAO CULTURA FRANCISCANA", CNPJ 06.806.577/0001-17, mantendo, assim, o mérito educacional e, consequentemente, o Título de Utilidade Pública Municipal da requerente, nos termos do Decreto nº 17.428, de 14 de julho de 1981, alterado pelo Decreto nº 45.103, de 6 de agosto de 2004.

6010.2019/0000403-9 - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LIMPEZA PÚBLICA - Título de Utilidade Pública: atualização - À vista das manifestações da Secretaria Municipal das Subprefeituras (058136874) e da Assessoria Técnica e Legislativa da Casa Civil (060713436), que acolho como razão de decidir, e com fundamento no art. 1º, da Lei nº 12.520, de 24 de novembro de 1997, e no art. 31, IV, do Decreto nº 59.000, de 7 de outubro de 2019, **DEFIRO** o pedido formulado pela entidade denominada "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LIMPEZA PÚBLICA", CNPJ 43.775.618/0001-36, mantendo, assim, o Título de Utilidade Pública Municipal da requerente, nos termos do Decreto nº 21.234, de 26 de agosto de 1985, alterado pelo Decreto nº 45.694, de 17 de janeiro de 2005.

DESPACHO DA CHEFE DE GABINETE – SGM

6010.2022/0000007-1 - Eduardo dos Santos Macedo - Reembolso de despesas - Nos termos do artigo 3º do Decreto nº 57.630 de 17 de março de 2017 e artigo 1º do Decreto nº 44.891 de 21 de junho de 2004, em especial às informações sob documentos: 057050428, 057050726, 057050877, 058577281, 058921969, 058922198, 059268272 e 059511650, bem como a manifestação da Assessoria Jurídica desta Pasta, doc. 060322645, **RECONHEÇO**, com base na delegação de competência promovida pela Portaria 219/2018-SGM, em conformidade com as normas vigentes, à título de indenização, a realização e a regular despesa, no valor de R\$ 563,00 (quinhentos e sessenta e três reais), pelo servidor EDUARDO DOS SANTOS MACEDO, inscrito no C.P.F. n.º: 189.032.958-46, R.G.: 23.142.621-5 e RF 885.637-1, referente as despesas com hospedagem e alimentação em viagem à Cidade de Brasília (DF), no período de 23 à 25 de novembro de 2021, realizada para atendimento do ao Sr. Prefeito e comitiva no cumprimento das agendas.

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Aos vinte e nove do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às 09:00 horas, em uma vídeo conferência por meio da ferramenta "Teams", reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, a saber: a Sra. Karina Tollara d'Alkimin, representante titular da SGM; a Sra. Raissa Fontelas R. Gambi, representante suplente da SGM, a Sra. Fátima Bonifácio, representante titular da SME, Ariane Gomes Lacerda, representante titular da SMADS, a Sra. Juliane Andre Nunes, representante suplente da SMS, a Sra. Maria Paula, representante titular do CREN. Participaram também: o sr. Eduardo dos Anjos Barboza, da SGM, a Sra. Judith Zuquim, também da SGM, sra. Ariadne Samios (WRI), sra. Juliana Felicidade Armede (CMDCA), sra. Marisa Villi, sra. Carolina Guimarães e Harika Merisse Maia (Rede Nossa São Paulo/ Rede Conhecimento Social).

A Sra. Karina Tollara abriu, então, a reunião agradecendo a presença de todos/os e lendo a pauta, composta pelos (1) Avaliação e aprendizados da elaboração do 1º Balanço da implementação do Plano Municipal Pela Primeira Infância – 2019; (2) Aprofundamento da temática do monitoramento e da avaliação do PMPI: Oficina: Como o PMPI está mudando a qualidade de vida da Primeira Infância no município de São Paulo?, que será conduzida pela Rede Nossa São Paulo, com apoio da Rede Conhecimento Social; (3) Perspectivas para os trabalhos da Comissão de Avaliação (Plano de Ação para 2021).

Em seguida iniciou-se as falas sobre a avaliação do 1º Balanço da implementação do Plano Municipal Pela Primeira Infância – 2019, a Sra. Ariane apontou como positivo os resultados alcançados no primeiro balanço e salientou o esforço exercido por todos na compilação das informações coletadas com os serviços das Secretarias, assim como, sugeriu para o próximo balanço avançar na elaboração de uma sistemática de monitoramento, que já havia sido planejada anteriormente, mas que não foi implementada por conta do contexto de pandemia, para o próximo balanço.

A Sra. Juliana (SMS) concordou com a Ariane em relação ao curto espaço de tempo para a elaboração do balanço, mas apontou a importância dos dados coletados para servirem de referência para outros iniciativas.

A Sra. Maria Paula (CREN) fez um recorte do ponto de vista da sociedade civil levantando dois pontos: primeiro, de que a sociedade civil está em um espaço de companhia do monitoramento, mas, também, ocupa o espaço de execução das Políticas. Levantou também a dificuldade do trabalho da sociedade civil neste período de pandemia, mas que focaram na identificação das ações realizadas pela sociedade no território voltadas à primeira infância e a desigualdade.

A Sra. Fátima (SME) elogiou o exercício de trabalhar o processo junto com a sociedade e apontou a importância do legado das informações coletadas para basear demais Políticas para primeira infância.

A Sra. Raissa (SGM) complementou sobre a importância do fortalecimento do espaço de construção coletiva, e ressaltou quanto isso confere uma identidade para o espaço da Comissão de Avaliação. Lembrou que este primeiro balanço da PMPI gerou três relatórios: da sociedade civil, legislativo e governo e, como sugestão para o próximo balanço, a sugere a construção dos relatórios individuais, mas pensar como conseguimos unificar os três em um que unifique uma narrativa comum da Comissão de Avaliação do PMPI.

A Sra. Karina retomou a fala da Maria Paula (CREN) quanto a trazer a perspectiva territorial para a avaliação do plano, e fala da importância de manter esse olhar para o próximo balanço, evidenciando as desigualdades que ainda perduram e que precisa ser enfrentado. Em seguida, a Sra. Karina passou a fala para as convidadas da Rede Nossa São Paulo e da Rede Conhecimento Social: sra. Marisa Villi, sra. Carol..., sra. Ariadne Samios e Harika Merisse Maia que iniciaram a oficina " Como o PMPI está mudando a qualidade de vida da Primeira Infância no município de São Paulo?" com os presentes na reunião.

Em seguida a Sra. Raissa seguiu para a última pauta da reunião sobre as perspectivas para os trabalhos da Comissão de Avaliação (Plano de Ação para 2021), e propôs que as duas reflexões propostas no final da oficina (01 - como a Comissão pode organizar sistemas de indicadores ou produzir novos dados para viabilizar o monitoramento de mais metas e estratégias? 02 - quem pode ser aliado nesse processo em 2021? Quais públicos devem ser engajados nesse esforço?) como um ponto de partida para pensar as ações para 2021, e pensar também sobre o envolvimento das crianças no monitoramento da PMPI.

A Sra. Karina agradeceu a o oferecimento da oficina pela Rede Nossa São Paulo, com apoio da Rede Conhecimento Social, e ressaltou sua importância para o próximo balanço do PMPI.

Como encaminhamentos, ficou marcada uma reunião com o grupo para janeiro de 2020.

Nada mais havendo a tratar, a Sra. Karina Tollara encerrou a reunião às 12 horas e eu, Eduardo dos Anjos Barboza, lavrei a presente ata, que após análise e aprovação, foi devidamente assinada pelos membros da Comissão presentes.

São Paulo, 29 de outubro de 2020.

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Aos vinte e oito do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às 09:00 horas, em uma vídeo conferência por meio da ferramenta "Teams", reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, a saber: a Sra. Raissa Fontelas R. Gambi, representante suplente da SGM, a Sra. Fátima Bonifácio, representante titular da SME, a Sra. Márcia Andrea Bonifácio da Costa Oliveira, representante suplente da SME, Sr. Luiz Carlos Lopes, representante titular da SMIT, a Sra. Isabela Grilo Pessonni, representante suplente da SMDHC, Ariane Gomes Lacerda, representante titular da SMADS, a Sra. Juliane Andre Nunes, representante suplente da SMS, a Sra. Juliana Felicidade Armede, representante titular do CMDCA, a Sra. Cristiane Pereira, representante suplente do CMDCA, a Sra. Maria Paula, representante titular do CREN. Participaram também: o sr. Eduardo dos Anjos Barboza, da SGM, a Sra. Judith Zuquim, também da SGM, a Sra. Yael Hasbani e Andrea Mustafa, assessoras da Vereadora Janaina Lima.

A Sra. Raissa abriu a reunião agradecendo a presença de todas/os, passou a fala para uma rápida apresentação, em seguida realizou a leitura da ata da última reunião ordinária, que foi aprovada por todos. Informou, também, que as atas serão encaminhadas para o e-mail dos membros presentes na reunião para colher a ciência e o "de acordo". Explicou que os membros da sociedade civil não possuem acesso ao SEI e, por isso, estão sendo colhidas as devolutivas via e-mail.

A Sra. Juliana (CMDCA) sugeriu que o processo a ser criado para subir e publicar as atas das reuniões fosse utilizado para colher as assinaturas dos membros que possuem acesso e, por e-mail, para aqueles que não possuem. Os membros concordaram com a sugestão e ficou acertado este procedimento a partir desta ata.

A Sra. Raissa prosseguiu a reunião lendo a pauta: (1) Leitura da ata da última reunião; (2) Informe sobre as atas e assinaturas; (2) Planejamento para dois mil e vinte e um. Rememorou as atribuições da Comissão de Avaliação, que consta na Resolução 02/CGIPMPI/2019, de 29 de julho de 2019, e ressaltou a importância desta Comissão em avançar no desenvolvimento e implementação de uma metodologia de escuta das crianças e famílias no processo de avaliação.

Seguiu a apresentação levantando alguns pontos prioritários para a Comissão de Avaliação no ano de 2021: (01) realização do 2º Balanço Anual do PMPI (2020), que acontecerá na primeira semana de agosto; (02) Monitoramento e Avaliação, que partirá dos aprendizados e sugestões do 1º ciclo de avaliação do Poder Executivo, Poder Legislativo e Sociedade Civil; (03) Execução de ações 2021, incluindo a metodologia da escuta das crianças.

A Sra. Juliana (CMDCA) falou das características e o trabalho desenvolvido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), informou que realizaram um mapeamento dos coletivos que trabalhavam o tema da Primeira Infância dentro do Governo, e encontraram seis coletivos, além do CMDCA. Sugeriu, então, que este Conselho, com apoio do CMDCA, desenvolva um trabalho de governança nesses espaços.

A Sra. Yael (Legislativo) rememorou o desenvolvimento do 1º balanço anual do PMPI, onde foram levantadas as leis, projetos de leis e eventos que se relacionam com a Primeira Infância. E acha importante para o segundo balanço avançar numa análise crítica para saber o que falta ser desenvolvido, se ações estão sendo efetivas.

A Sra. Raissa (SGM) sugeriu que as avaliações do legislativo, assim como as demais, façam uma relação dos pontos levantados com o PMPI, para saber quais são as metas do Plano que estão sendo atingidas. A Sra. Yael (Legislativo) concordou com a sugestão.

A Sra. Fatima (SME) complementou sobre a importância do Poder Legislativo ter um olhar no desenvolvimento de suas ações em apoio a Política da Primeira Infância.

A Sra. Juliana (CMDCA) levantou algumas propostas para o CMDCA neste segundo balanço: de levantar propostas, projetos e resoluções relacionadas à temática da Primeira Infância, como também reforçou a importância de se pensar a governança dos espaços que trabalham a Primeira Infância. Informou sobre a existência de programas de cruzamento de dados, que são utilizados para identificar, por meio de análises de atas, publicações, os debates sobre a temática.

Maria Paula (CREN) relatou a experiência do CREN e do Instituto zero a seis no desenvolvimento do primeiro balanço do PMPI, que foi uma tentativa tímida, em meio a pandemia, de coletar esses dados nos territórios. E levantou a importância do mapeamento dos recursos da sociedade civil nos territórios.

A Sra. Raissa (SGM) colocou como proposta de encaminhamento que os membros da Comissão, em cada uma das representações: Legislativo, Executivo e Sociedade Civil, tragam para a próxima reunião uma proposta metodológica para a elaboração do 2º balanço do PMPI, bem

como para a integração dos três relatórios. Os membros aceitaram a proposta.

Como encaminhamentos, ficou decidido que a partir desta ata as assinaturas, dos membros que possuem acesso, serão colhidas via processo SEI; e que as representações: Executivo, Legislativo e Sociedade Civil trarão para a próxima reunião uma proposta para a elaboração do 2º Balanço Anual do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Nada mais havendo a tratar, a Sra. Raissa Gambi encerrou a reunião às 11 horas e eu, Eduardo dos Anjos Barboza, lavrei a presente ata, que após análise e aprovação, foi devidamente assinada pelos membros da Comissão presentes.

São Paulo, 28 de janeiro de 2021.

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Aos vinte e nove do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às 09:00 horas, em uma vídeo conferência por meio da ferramenta "Teams", reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, a saber: a Sra. Raissa Fontelas R. Gambi, representante suplente da SGM; a Sra. Fátima Bonifácio, representante titular da SME; a Sra. Márcia Andrea Bonifácio da Costa Oliveira, representante suplente da SME; a Sra. Isabela Grilo Pessonni, representante titular da SMDHC; Sylmara Andreoni Vettorello Ramires, representante suplente da SMADS; A Sra. Athene Maria de Marco França Mauro, representante titular de SMS; a Sra. Vereadora Janaina Lima, representante titular do Poder Legislativo; a Sra. Juliana Felicidade Armede, representante titular do CMDCA; a Sra. Maria Paula, representante titular do CREN; e o Sr. Adolfo Pereira de Mendonça, representante suplente do CREN. Participaram também: o Sr. Leonardo Galardinovic Alves, de SMADS; Sr. Eduardo dos Anjos Barboza, da SGM; a Sra. Judith Zuquim, também da SGM; e a Sra. Yael Hasbani, assessora da Vereadora Janaina Lima.

A Sra. Raissa (SGM) iniciou a reunião informando a pauta da reunião do dia: (1) Informes sobre a publicação no Diário Oficial das atas das reuniões, e da Semana Municipal do Brincar; (2) Leitura da última ata; e (3) Proposta para a elaboração do Balanço Anual do Plano Municipal pela Primeira Infância (ano de 2020): Poder Executivo, Poder Legislativo e Sociedade Civil.

Após a leitura da pauta a Sra. Raissa informou que o processo SEI (6011.2021/0000234-5) com as atas das reuniões da Comissão já está pronto, e será encaminhado para os participantes tomarem ciência e assinarem as últimas atas. A Sra. Juliana Armede (CMDCA) solicitou, então, que as atas das reuniões e o processo da Comissão de Avaliação sejam encaminhados para o ponto SEI do CMDCA (SMDHC/DPS/SECMDCA), sendo o processo da Comissão para indicação de um novo suplente.

Seguindo os informes, a Sra Raissa relatou os encaminhamentos feitos juntos à Comissão Técnica da Primeira Infância para a Semana Municipal do Brincar – 2021, que está elaborando um cronograma de atividades para os dias 24 a 28 de maio de 2021, com contações de histórias, oficinas e rodas de conversas, que será transmitido no canal da Primeira Infância no YouTube. E pediu a colaboração de todos com sugestões para o calendário da Semana.

Finalizado os informes, a Sra. Raissa prosseguiu com a leitura da ata da sexta reunião ordinária da Comissão de Avaliação, realizada no dia 28 de janeiro de 2021. Sem objeções, a ata foi aprovada por todos presentes e será encaminhada para a assinatura.

Indo para o último ponto da pauta da reunião, a Sra. Raissa passou a fala para que os membros do governo, legislativo e sociedade civil pudessem compartilhar como estão planejando o desenvolvimento do balanço.

A Sra. Juliana Armede (CMDCA) iniciou as falas informando que o CMDCA entrará em processo eleitoral para a escolha de representantes da sociedade civil, e elaboração do edital do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) de 2021, solicitou a colaboração da Comissão no desenvolvimento. Em seguida, informou sobre a publicação de quatro editais do CMDCA: (1) Centro de Referência da Criança e do Adolescente da cidade de São Paulo; (2) Formação em Tecnologia para Jovens Negros e em Vulnerabilidade; (3) Pesquisa de Evasão Escolar e Trabalho Infantil na cidade de São Paulo; e (4) Atendimento Psicossocial de família, professores e crianças nos territórios prioritários da Primeira Infância, visando a reconexão das famílias e crianças com a escola. Ainda sobre as informações do CMDCA para o 2º Balanço do Plano PMPI, a Sra. Juliana informou que estão centralizando as informações sobre as ações do Conselho voltadas à Primeira Infância em um processo SEI (6074.2020/0002289-5), com levantamentos dos Editais do FUMCAD de 2017, 2019 e, agora, de 2021. Compartilhou a publicação do CMDCA no Diário Oficial de nº 225/CMDCA-SP/2018, que informou sobre a publicação do Plano Municipal pela Primeira Infância. E finalizou sua fala apresentando em tela uma planilha com vários projetos encaminhados e aprovados pelo FUMCAD.

A Sra. Vereadora Janaina Lima (Poder Legislativo) prosseguiu às falas informando que o balanço do legislativo contará com dois eixos: (1) os trabalhos e ações da Câmara dos Vereadores voltados à Primeira Infância; e (2) ações da Comissão da Criança e do Adolescente. Sobre a Comissão, a Vereadora informou que estão trabalhando fortemente na conscientização no legislativo em duas questões prioritárias: a educação e a alienação parental. E se disponibilizou para receber sugestões e colaborações da Comissão. Ressaltou que os temas da evasão escolar, Conselhos Tutelares, assistência social, e pós-pandemia estão em pauta na Comissão, e que estão sendo discutidas no planejamento dos trabalhos do Legislativo para o segundo semestre.

A Sra. Maria Paula (CREN) iniciou a fala compartilhando o processo de construção do segundo balanço do PMPI realizado pelo CREN, que contou com três conversas e oficinas, com a Rede Nossa São Paulo e outras organizações da Sociedade Civil, conduzida pelo Observatório da Primeira Infância. Nas oficinas foram observados os dados e informações dos territórios acerca do tema da Primeira Infância, bem como o apoio das Organizações junto ao poder executivo. Sobre os esses dados, a Sra. Maria Paula enfatizou que o grupo que trabalha no relatório quer trabalha-los de forma desagregada e descritiva, dando visibilidade para os territórios e observando os avanços do Plano. Ressaltou, por fim, a importância da pluralidade da produção do relatório por cada entidade, e não um documento único.

Em complementação à fala da Sra. Vereadora Janaina Lima, a Sra. Yael (Poder Legislativo) deu um retorno sobre os encaminhamentos do legislativo relativos à última reunião, de avaliar os avanços em relação ao último relatório apresentado pelo Legislativo. Informou que conseguiu classificar quais áreas tem sido mais pautadas, e que a partir disso pensar nas lacunas. Informou que compartilhará com a Comissão.

Em complementação a sua fala, a Sra. Maria Paula (CREN) informou que o grupo produziu uma carta após as oficinas, e levantou a importância da participação da sociedade civil na execução e no controle de Políticas Públicas.

Na sequência a Sra. Fátima (SME) ressaltou a importância do trabalho em conjunto, e se colocou à disposição para trabalhar junto com os demais membros.

A Sra. Raissa (SGM) seguiu apresentando o trabalho desenvolvido pelas Secretarias para o relatório do poder executivo. Informou sobre a processo de coleta e compilação das informações realizadas junto às 14 secretarias envolvidas no Plano Municipal pela Primeira Infância, de modo que seja possível avaliar os avanços e desafios do alcance das metas previstas no Plano,